FILE NAME: Eternit (ETER)

DATE: 0000

DOC#: ETER054

DOCUMENT DESCRIPTION: Company Listing in Business Directory

D.O.E.; Poder Executivo, São Paulo, 103 (91), terça-feira, 18 mai. 1993 — 35

ETERNIT S.A.

CGC/MF. 61.092.037/0001-81

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 1993.

Local e horário: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, São Paulo, Capital, às 10:00 horas. Convocações: Diário Oficial do Estado, Diário do Comércio e Jornal O Diário, de Osasco, nos dias 16, 17 e 20.04.93. Mesa dos trabalhos: Presidente: Wilson de S. Campos Batalha; Secretário: Sergio Alexandre Melleiro. Comparecimentos: Acionistas representando mais de 2/3 do capital [illegible] de ações com direito de voto. [illegible] (Lei nº 6.404/76, art. 130, parágrafos 1º e 2º). Deliberações: Por votação unânime. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1) Aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31.12.92 [illegible] Diário Oficial do Estado, no Diário do Comércio e no Jornal O Diário, de Osasco, de 20.03.93. [illegible] 2) - Aprovação da correção monetária do capital [illegible] para Cr$ 885.000.000.000,00 e do capital realizado para Cr$ 710.000.000.000,00 [illegible] no valor de Cr$ 5.804.517.000,00 [illegible] 3) Aprovação da destinação do lucro do exercício: ratificação de dividendos no total de Cr$ 24.[illegible].000,00, já incluído o dividendo mínimo [illegible] conforme reunião do Conselho de Administração de 22.03.93 [illegible] 4) - Aprovação [illegible] 5) - Eleição dos membros do Conselho de Administração para o [illegible] até a AGO do próximo ano [illegible]: a) - SERGIO ALEXANDRE MELLEIRO, brasileiro, casado, economista, RG [illegible], CPF [illegible], domiciliado à Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, São Paulo, SP, para o cargo de Presidente; b) JOSÉ PAULO BUENO, brasileiro, casado, advogado, RG [illegible], CPF 004.874.[illegible], domiciliado à Av. Brig. Faria Lima, 613 - 11º andar, São Paulo, SP; c) JEAN PAUL RENÉ RICCIARDI [illegible], francês, casado, industrial, RNE [illegible], CPF [illegible], domiciliado à Av. Vieira Souto, 144 - apº C-01, Rio de Janeiro, RJ; d) WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA, brasileiro, casado, advogado, RG 371.[illegible], CPF [illegible], domiciliado à Rua Oscar Freire, 1.476, São Paulo, SP; e) - EDUARDO PEDRO PAULILLO, brasileiro, casado, economista, RG 3.141.[illegible], CPF [illegible], domiciliado à Rua [illegible] d'Almeida, [illegible], São Paulo, SP. [illegible] EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 7) - Mudança do endereço da sede social de Osasco, SP, para a Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, São Paulo, Capital. 8) - Alteração do art. 16 do estatuto social, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 16 - O Conselho de Administração será constituído de cinco membros, pessoas naturais, residentes no País, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis, a qualquer tempo, competindo-lhes as atribuições mencionadas no art. 142 da Lei nº 6404/76, ressalvado à assembléia especial dos ações preferenciais a eleição de dois dentre os membros do Conselho de Administração". 9) - Alteração do art. 5º do estatuto social, em virtude do aumento de capital pela capitalização da reserva de retenção de lucros, no valor de Cr$ 5.804.517.000,00, além da capitalização da correção monetária do capital, já aprovada pela AGO, passando o referido artigo a ter a seguinte redação: "Art. 5º - O capital autorizado é de Cr$ 800.000.000.000,00, representado [illegible] ações preferenciais.

"ETERNIT S.A." ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

[illegible] em reunião do Conselho de [illegible]

[illegible] da Companhia e industrialização e [illegible]

Art. [illegible] - O prazo de duração da Companhia será de 50 (cinquenta) anos [illegible] arquivamento deste estatuto [illegible] Lei nº 6404/76, na Junta Comercial [illegible]

Art. 5º - O capital autorizado é de Cr$ 800.000.000.000,00, representado por ações ordinárias classe única e ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não excederão a 2/3 do total das ações da Companhia.

Parágrafo 1º - O capital subscrito e realizado, atualmente, é de Cr$ 710.000.000.000,00, representado por 700.000.000 de ações.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais não têm direito de voto e a preferência consiste unicamente na prioridade de reembolso do capital, na hipótese de liquidação da Companhia.

Parágrafo 3º - É facultada a conversibilidade de ações ordinárias em preferenciais, desde que solicitada pelos acionistas, dentro de cinco dias [illegible] da publicação da ata aprovando a modificação estatutária que introduziu essa classe de ações, devendo a solicitação ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Art. 6º - As ações serão nominativas.

Art. 7º - As ações são ordinárias ou preferenciais, estas últimas com as características indicadas no Parágrafo 2º do art. 5º.

Parágrafo 1º - Em qualquer aumento de capital social fica assegurada aos acionistas preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações de que forem titulares em cada classe.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais em nenhuma hipótese excederão o limite de 2/3 do total das ações emitidas.

Parágrafo 3º - O pagamento de dividendos aprovados em assembléia geral, igualmente para todas as classes, e a distribuição [illegible]

Art. 8º - A instituição financeira depositária das ações [illegible] poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais [illegible] CVM.

Art. 9º - O limite do capital autorizado, estabelecido pelo art. 5º, será [illegible] pela assembléia geral ordinária [illegible]

Art. 10 - Dentro do limite do capital autorizado, as emissões de ações serão deliberadas, por maioria de votos, pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária [illegible]

Art. 11 - O Conselho de Administração, no limite do capital autorizado, poderá deliberar a emissão e colocação de ações [illegible] art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6404/76 [illegible]

Art. 12 - O Conselho de Administração fixará as condições e prazos de realização das ações subscritas [illegible]

Art. 13 - Nenhuma emissão de novas ações [illegible]

Art. 14 - As emissões de ações, dentro do limite do capital autorizado [illegible]

Art. 15 - Esgotado o prazo de subscrição e colocação de ações indicado na deliberação do Conselho de Administração [illegible]

Art. 16 - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações de fruição.

TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17 - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria [illegible]

Seção I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18 - O Conselho de Administração será constituído de cinco membros, pessoas naturais, residentes no País, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis, a qualquer tempo, competindo-lhes as atribuições mencionadas no art. 142 da Lei nº 6404/76, ressalvado à assembléia especial das ações preferenciais a eleição de dois dentre os membros do Conselho de Administração.

Art. 19 - O prazo de gestão do Conselho de Administração é de um ano, facultada a reeleição uma ou mais vezes. Qualquer membro do Conselho de Administração eleito fora da época em que os demais o forem terá o seu prazo de gestão findo na mesma data do término do período dos demais. O prazo de gestão do Conselho de Administração estende-se ou reduz-se à data da realização da assembléia geral ordinária mais próxima do término do período anual.

Art. 20 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pela assembléia geral. Em suas ausências [illegible] até a primeira assembléia geral, se não for considerado possível manter o cargo vago. Ocorrendo vacância da maioria de cargos do Conselho de Administração, será convocada a assembléia geral [illegible] de Administração que tenham funções deliberativas não se realizarão sem a presença [illegible] Conselho e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. [illegible]

Parágrafo Único - É facultado ao Conselho de Administração autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, podendo posteriormente aliená-las, observados os requisitos estabelecidos pelo art. [illegible] da Lei nº 6404/76.

Art. 24 - Os membros do Conselho de Administração ficam dispensados de caução.

Seção II - DA DIRETORIA

Art. 25 - A Diretoria será constituída de dois a sete membros, pessoas naturais, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Art. 26 - O prazo de gestão dos Diretores é de um ano, facultada a reeleição uma ou mais vezes. Qualquer Diretor eleito fora da época em que os demais o forem terá o seu prazo de gestão findo na mesma data do término do período dos demais. O prazo de gestão da Diretoria estende-se ou reduz-se à data da realização da assembléia geral ordinária mais próxima do término do período anual.

Art. 27 - Dos cargos da Diretoria serão nominados apenas os de Presidente e Vice-Presidente da Diretoria, não tendo os demais cargos denominação especial.

Art. 28 - Os Diretores receberão a remuneração fixa ou variável, mensal ou anual, que for estabelecida pelo Conselho de Administração, ad referendum da assembléia geral ordinária.

Art. 29 - O Conselho de Administração pode destituir um ou mais Diretores, cessando, desde este momento o respectivo prazo de gestão.

Art. 30 - Se o Presidente da Diretoria exonerar-se ou estiver impedido de exercer o cargo por motivo de ausência do País, ou qualquer outro motivo, ocorrer vaga no respectivo cargo, será ele substituído pelo Vice-Presidente da Diretoria [illegible]

Art. 31 - As reuniões da Diretoria realizar-se-ão mediante convocação do Presidente da Diretoria [illegible]

Art. 32 - A Diretoria reunir-se-á [illegible]

Art. 33 - As deliberações da Diretoria serão presididas pelo Presidente da Diretoria [illegible]

Parágrafo 1º - No caso de ausência de um dos Diretores [illegible]

Parágrafo 2º - As eleições e resoluções serão aprovadas por maioria de votos. Havendo empate, prevalecerá o voto do Presidente da reunião.

Art. 34 - Os Diretores ficam dispensados de caução.

Art. 35 - Se o término do prazo dos Diretores não for examinado nos 30 dias seguintes [illegible] pelo Conselho de Administração.

Art. 36 - São atribuições e deveres da Diretoria, além dos que forem conferidos pelo Conselho de Administração: a) - a prática de todos os atos de gestão relativos aos fins e objeto da Companhia [illegible]

Parágrafo Único - A compra e venda de imóveis pertencentes ao ativo fixo dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração.

Art. 37 - Independentemente do que for deliberado pelo Conselho de Administração [illegible] art. 36, item "c", do estatuto, sempre agindo em conjunto: a) - emitir e receber cheques bancários [illegible] observância do art. 24, parágrafo 2º, da Lei nº 6404/76.

Parágrafo Único - Um diretor ou um procurador da sociedade constituído na forma do item "c" do artigo anterior, mediante prévia deliberação em reunião do Conselho de Administração, poderá [illegible] de fundos de um banco a outro, ou uma conta da sociedade para outra conta da própria sociedade: d)- emitir faturas e duplicatas endossando-as a banco para cobrança, bem como assinar borderôs [illegible] f)- representar a sociedade em concorrências públicas.

Art. 38 - Compete ao Presidente da Diretoria: a)- convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como [illegible] cumprimento das deliberações da assembléia geral, do Conselho de Administração e da Diretoria. c)- admitir, suspender ou demitir empregados de nível de gerência e fixar ou alterar os seus [illegible] Presidente. Nas ausências ou impedimentos deste último, a atribuição indicada no item "d" deste artigo será exercida pelo Diretor com mais tempo de exercício no cargo.

Art. 39 - Sem prejuízo das atribuições estatutárias e da direção geral dos negócios sociais, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, distribuir entre os Diretores o exercício de encargos especiais, cujo desempenho ficará sob a responsabilidade dos Diretores designados, os quais informarão à Diretoria sobre o andamento e execução dos negócios que tiverem individualmente a seu cargo.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá deliberar em sessão especial, a outorga de procurações conferindo aos procuradores, agindo dois em conjunto, ou um deles com um Diretor, a faculdade de outorgar procurações para os fins especificados no art. 36, alínea "c", do estatuto.

TÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 40 - O Conselho Fiscal, composto de cinco membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País e eleitos em assembléia geral, só será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, ou 5% das ações sem direito a voto e cada período de